

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 124ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 23/02/2018- 09h00min.
Sindicato Rural de Itu/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AFOCAPI	Ricardo Dias Pacheco (S)
ASSEMAE	Julio Cesar do Nascimento (S)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CATI	Tatiana Marsola Piovezani (S)
CETESB	Mauricio Magossi (T)
Cooperativas de Holambra	Fernando Rüter (T) Petrus Bartholomeus Weel (S)
COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (S)
DAEE	Sabastião Vainer Bosquilia (T)
IAC	Ricardo Marques Coelho (S)
P.M. Atibaia	Marcos Roberto Albertini (T)
P.M. de Itatiba	José Carlos Maziero (T)
P.M. de Jaguariúna	Pâmela Bartulic Tieppo (T)
P.M. de Jarinu	José Lélío de Moura (T)
P.M. de Jundiá	Felipe Oliveira Magro (S)
P.M. de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
P.M. de Nova Odessa	André Luiz Xavier de Macedo Barreto (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T)
SAA	Tatiana Marsola Piovezani (S)
SANASA	Julio César do Nascimento (S)
SR de Campinas	João Primo Baraldi (S)
SR de Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (T)
SR de Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
SR de Salto	João Primo Baraldi (S)
SR de Tietê	João Paulo Mariano Godinho (T)

Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (T)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)

Convidados	
Entidade	Representante
PM de Limeira	Gabriela A. Ribeiro
PM de Cosmópolis	Elano M. Torquato
Autonoma	Helena Freire

(T)- TITULAR (S)-SUPLENTE (P) - PROCURAÇÃO

Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica no dia 15 de fevereiro de 2018. **2. Abertura da 124ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pelo Coordenador João Primo Baraldi, que agradeceu a presença de todos e indicou a Eng. Agr. Tatiana Marsola Piovezani para secretariar a reunião e digitar a ata. A palavra foi concedida a Dra. Adriana Menezes, Presidente do Sindicato Rural de Itu. Informou que está contente com a reunião dos Comitês desejou uma reunião produtiva a todos e pediu desculpas por ter que se ausentar da reunião. João Baraldi, agradeceu e passou para a apreciação da ata anterior. Nenhuma alteração foi proposta e ata da 123ª reunião ordinária foi aprovada por unanimidade. A seguir foi apreciada a inclusão de membro CT-Rural: Representando a Prefeitura de Cosmópolis, Sr. Elano Torquato e seu respectivo suplente. A seguir foi tratado os informes da CT Rural: 12/01/2018 - 18ª Reunião do GT mananciais: informou que houve algumas alterações na política de Recuperação e Preservação dos Mananciais

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 124ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 23/02/2018- 09h00min.
Sindicato Rural de Itu/SP

dos Comitês PCJ. 22/01/2018 - Reunião do GT Sabesp - Aprovação da cobrança do Boleto, seguirá para CT-PL. 06/02/2018: 3ª Reunião Pública visando a atualização ao plano diretor para recomposição florestal. 01/02/2018 - Reunião da UGP de Analândia: foi aumentada a participação de 15 para 18 produtores no projeto de recuperação de mananciais Nascentes de Analândia. O membro Miguel Madalena Milinski (Prefeitura de Rio Claro), indagou se o maior proprietário do projeto, cujo manancial de abastecimento atravessa a propriedade, se dispôs a participar. João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro) disse que é necessário sigilo: preservar a identidade e os dados dos produtores rurais e deve ficar restrito no âmbito da respectiva UGP (Unidade de Gerenciamento de Projeto) evitando litígios. Dia 09/03/2018 será realizada o workshop do GT mananciais na PUC Campinas - Campus I - para que os interessados nos recursos referentes a política de Recuperação e Preservação dos Mananciais dos Comitês PCJ possam participar. A seguir a palavra foi concedida ao Prof. Dr. Fernando Campos Mendonça, do Departamento de Engenharia de Biosistemas - ESALQ/USP – Piracicaba, SP sobre o tema: “Geração potencial de renda em sistemas de produção de leite a pasto na sub-bacia do Ribeirão das Posses, MG”. Nos moldes atuais de pagamento por serviços ambientais, o produtor deixa de usar uma parte de sua área para prestar um serviço ambiental a um pagamento muito baixo que o desestimula a participar do programa: o produtor continua com a renda baixa. Fernando acredita que quando há interesse do produtor na produção agropecuária, com bons rendimentos agrícolas ele automaticamente adere à conservação do solo e preservação de APP. Na área agrícola

quando o produtor perde a camada superficial do solo, ele perde o potencial de produtividade e conseqüentemente sua rentabilidade. Desta forma o produtor tem interesse em fazer preservação ambiental, desde que tenha renda garantida. Durante a apresentação Fernando apresentou o trabalho que além do produtor aderir ao Programa Produtor das Águas, ele pode contar com uma assistência técnica subsidiada. A prefeitura paga 75% do valor da assistência técnica no primeiro ano, 50% no segundo ano e assim sucessivamente, até que no 4º ou 5º ano o produtor tem condições de pagar a assistência técnica com seus próprios recursos. Os custos gerados com assistência técnica, por parte da Prefeitura, são compensados com o aumento do ICMS recolhido devido ao aumento de produção de leite no município. Fernando destacou que o extensionista autônomo tem maior interesse em fazer um bom trabalho, pois após 5 anos se ele for um bom profissional, o produtor irá mantê-lo na função. Já o extensionista do setor público fica à mercê de mudanças de diretrizes do governo, que pode mudar, por exemplo, o foco de programa leite para seringueira. O estudo foi realizado envolvendo os custos de produção de leite e o preço do leite no mercado e concluiu-se que os produtores que já vinham trabalhando no programa Balde Cheio têm menos períodos no vermelho. Ou seja, esses produtores se mantêm viável na cadeia independente do preço do leite no mercado. Assim, com o produtor tendo suas contas no azul seria muito mais fácil argumentar com ele a respeito de preservação ambiental. Para o estudo, as propriedades foram estratificadas de acordo com as áreas e o maior número de propriedade são de pequeno porte. A bacia como um todo gerava R\$6 milhões e com o programa implantado, ao final de 4 anos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RURAL: CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
Ata da 124ª Reunião Ordinária da CT-RURAL – 23/02/2018- 09h00min.
Sindicato Rural de Itu/SP

passou a R\$ 13 milhões, um ganho real para o produtor rural e para o município que vê o dinheiro sendo empregado no comércio local. Também foi realizado estudo sobre o aumento da arrecadação de ICMS com o aumento de produção em contrapartida com o gasto com assistência técnica. Concluiu-se que já no primeiro ano de implantação a arrecadação de ICMS supera em R\$124 mil o custo que o Estado teve em subsidiar o extensionista autônomo, sendo que no 4º ano teve uma sobra de R\$ 861 mil em relação ao pagamento do profissional. O mesmo incentivo que os produtores de leite desta bacia tiveram outros produtores de outras cadeias produtivas também podem ter, auxiliando os produtores a melhorar suas rendas e com isso possibilitando investimento na preservação ambiental. Ao final da apresentação, o Coordenador, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 12:00 e eu, Tatiana Piovezani, digitei a presente ata que será encaminhada a todos para apreciação e aprovação na reunião seguinte.

Itu, 23 de fevereiro de 2018.

João Primo Baraldi
Coordenador da CT-RURAL

Tatiana Marsola Piovezani
Secretária (ad hoc)